

---

## O império da retórica entre verdade e fabricação do mundo

### The empire of the rhetoric between truth and fabrication of the world

*Plínio Pacheco Oliveira*

Mestre em Direito pelo PPGD-UFPE, Recife-PE, Brasil.

E-mail: [pliniopacheco0@yahoo.com.br](mailto:pliniopacheco0@yahoo.com.br)

---

#### 1. Introdução

Refletir sobre a retórica é considerar um vasto e complexo panorama, é dispor os olhos sobre uma faculdade tão antiga quanto a própria vivência da linguagem, e sobre uma ampla tradição de reflexão em torno do discurso que imperou no ocidente do século V a.C. até o século XIX, se desdobrando por cenários tão distintos quanto a Sicília grega da antiguidade e os monastérios medievais.

No entanto, o trabalho aqui exposto é dividido em três partes: primeiro, sem a larga pretensão de apresentar uma história da retórica, e nem mesmo de fazer uma síntese a esse respeito (tarefa que não escaparia da circunstância de que qualquer síntese é mais caricatura do que retrato), lançaremos um olhar sobre alguns momentos dotados de relevância histórica e teórica da tradição do pensamento sobre o discurso. Em segundo lugar, refletiremos sobre a retórica como faculdade sobre o discurso, que é anterior a qualquer teoria sobre ela, sendo

**RESUMO:** O trabalho aqui exposto é dividido em três partes: primeiro, serão considerados alguns momentos de relevância histórica ou teórica do grande panorama da tradição retórica, a qual foi constituída como metalinguagem. Em segundo lugar, analisaremos a retórica como faculdade sobre o discurso, e observaremos o seu papel estruturante da linguagem e da “realidade”. Por fim, refletiremos sobre a utilidade da retórica para a defesa do que é reconhecido como verdadeiro por quem discursa, sendo observado que o campo da retórica é constituído pela contingência, e que ela não representa uma força contrária à ideia de verdade, mas à ideia de evidência.

**Palavras-Chaves:** Tradição retórica; Realidade linguística; Contingência.

algo inafastável da experiência da linguagem. Nesse sentido, será analisada a sua função estruturante da linguagem e da “realidade”. Por fim, será considerada a sua utilidade para a defesa do que é reconhecido como verdadeiro por quem discursa. Observaremos, em tal parte, que o campo da retórica é constituído pelo que pode existir ou ser compreendido de maneiras distintas, e que ela não representa uma força contrária à ideia de verdade, mas à ideia de evidência.

## **2. Da luz do império ao ocaso no horizonte da história**

### **2.1. Do alvorecer grego à constância no mundo medieval**

A retórica, no sentido de metalinguagem, de discurso sobre o discurso, surgiu na Sicília grega, no século V a.C., tendo uma vocação original para uma teoria da argumentação, para uma teoria do discurso persuasivo (BARTHES, 1993, p. 86; CUNHA, 1995, p. 07). Esse saber, cujo nome é proveniente do termo “rétor” [rhetor], que para os gregos era o mesmo que orador (VICO, 2003, p. 415), resultou de conflitos de propriedade, da necessidade de eloquência judiciária em um período no qual não havia advogados e cabia aos próprios litigantes a defesa de suas causas. Em tal contexto, Empédocles de Agrigento, Córax de Siracusa (seu aluno) e Tísias foram os primeiros professores de retórica (BARTHES, 1993, p. 90; REBOUL, 2004, p. 02 e 03). Aristóteles, segundo Diógenes Laércio (2008, p. 440), comentou que Empédocles foi responsável pela sua descoberta. Contudo, a Córax (seguido por Tísias) é atribuída a autoria da primeira obra sobre o assunto (REBOUL, 2004, p. 383). Esse tratado inicial sobre a arte oratória, vista como “criadora de persuasão” (CÓRAX apud NIETZSCHE, 2004, p. 02) para o sucesso judicial, foi elaborado, segundo Barthes (1993, p. 90), como saber sobre as partes do discurso, sobre a sua organização, não tendo lugar uma abordagem relativa às figuras de linguagem, ao ornamento.

No entanto, o despertar dos regimes democráticos nas cidades-estados gregas no decorrer do século V a.C. constituiu um campo favorável para o

florescimento da retórica. A eloquência, então, despontava como uma virtude necessária ao cidadão para um adequado exercício da sua atividade política, e o ensino da arte oratória foi propagado entre os povos helênicos. A este respeito discorreu J. B. Bury (apud KERFERD, 1981, p. 17):

The institutions of a Greek democratic city presupposed in the average citizen the faculty of speaking in public, and for anyone who was ambitious for a political career it was indispensable. If a man was hauled into a law-court by his enemies and did not know how to speak, he was like an unarmed civilian attacked by soldiers. The power of expressing ideas clearly and in such a way as to persuade an audience was an art to be learned and taught.

Como professores viajantes entre as cidades gregas, os sofistas supriam, em alguma medida, as necessidades de conhecimentos que tornassem os cidadãos aptos para suas funções políticas. De acordo com G. B. Kerferd (2005, p. 228), eles ofereciam um tipo de educação complementar à escolar e que tinha como proposta principal a preparação para a vida política. Dessa maneira, os sofistas (como Protágoras e Górgias) desempenharam um papel relevante para a difusão da retórica, que entre eles era um saber fundamental, havendo mesmo a suposição, como em H. Sidgwick (apud KERFERD 2005, p. 228), de que a retórica não era apenas um elemento essencial dos seus ensinamentos, mas constituía o todo das suas atividades intelectuais.

Contudo, dispendo-se nas margens do caminho de valorização da arte oratória, Platão enxergou os saberes retóricos de um ponto de vista depreciativo. Na sua perspectiva, os objetivos da retórica e da filosofia são distintos, e os filósofos, definidos como “lovers of the vision of the truth” (PLATO, 1952, p. 370), não se confundem com os retóricos, comprometidos com a persuasão e não com a verdade, que sequer precisam conhecer (Ibidem, p. 259). A retórica, segundo a concepção que apresentou no diálogo Górgias (em que esse sofista é um interlocutor que Platão, pela voz de Sócrates, contrapõe), não é uma arte, mas apenas “an experience in producing a sort of delight and gratification” (Ibidem, p.

259), algo ignóbil, não muito digno de crédito. Desse modo, reduziu a retórica ao nível da culinária alegando que esta tem com o corpo a relação que a retórica tem com a alma, pois são experiências voltadas apenas para agradar (a culinária com o prazer sensorial, e a retórica com o encanto que proporciona à alma), sem a preocupação com o que realmente é bom ou ruim (Ibidem, p. 261 e 281).

Tal abordagem negativa foi uma das mais importantes para a tradição antirretórica, considerando a vasta influência de Platão no pensamento ocidental. E esse mau juízo se refere à condenação dos próprios sofistas, que eram os grandes cultores da retórica naquele período e que, em grande parte em razão do prestígio das obras de Platão, foram marginalizados nas páginas da história da filosofia, lançados para longe dos relatos sobre os protagonistas.

Já na obra de Aristóteles, a retórica encontra uma das mais firmes e expressivas elaborações teóricas ao seu respeito, e com tamanha medida em sua influência que Roland Barthes (1993, p. 93) questiona se a retórica não é, em sua totalidade (com a exceção de Platão), aristotélica, observando que todos os elementos didáticos da retórica clássica têm origem nos seus escritos.

Formuladas como uma teoria da argumentação, as reflexões de Aristóteles nesse âmbito partiram da compreensão de que a retórica é “la facultad de teorizar lo que es adecuado em cada caso para convencer” (ARISTÓTELES, 1994, p. 173), e que a sua tarefa é, portanto, “reconocer los medios de convicción más pertinentes para cada caso [...] lo convincente y lo que parece ser convincente” (Ibidem, p. 172). Desse modo, dividiu a retórica em três gêneros: o deliberativo, o judicial e o epidídico. O âmbito próprio da deliberação seria aconselhar e dissuadir, o da retórica judicial seria a acusação e a defesa, e o do discurso epidídico seria o elogio e a censura (Ibidem, p. 194). Observa-se, contudo, que essa tripartição perdeu espaço na própria obra de Aristóteles, que centrou a retórica no campo deliberativo, como se verifica na sua afirmação de que “la tarea de esta última versa, por lo tanto, sobre aquellas materias sobre las que deliberamos y para las

que no disponemos de artes específicas[...]” (Ibidem, p. 182). Neste sentido, comentou Quintín Racionero (1994, p. 183):

Esta adscripción de la retórica a las materias de la deliberación es particularmente interesante. (...) El elogio y la oratoria forense van perdiendo terreno, hasta el punto de que ni siquiera son aquí mencionados, en cambio de la necesidad de controlar razonablemente ‘lo que puede resolverse de dos modos’ (o sea, el campo de lo ético y, más aún, de lo político) se convierte en el tema principal, si no único, de la última versión de la Retórica.

Dessa maneira, concebeu Aristóteles (Ibidem, p. 182 e 183) que a tarefa da retórica é referente a matérias em torno das quais é possível deliberação, entendendo que só se pode deliberar sobre o que, ao menos aparentemente, pode ser resolvido de dois modos. Para o tratamento de tais assuntos, foi atribuído o papel mais importante ao silogismo retórico (entimema), visto como o corpo da persuasão e o centro da retórica, e constituído principalmente por premissas que enunciam o que é apenas provável (Ibidem, p. 182 e p. 465).

Quanto aos modos de persuasão, Aristóteles (Ibidem, p. 175 a 177) compreendeu que são de três espécies: o que decorre do caráter pessoal do orador (êthos), o que provém da disposição emocional provocada nos ouvintes pelo discurso (páthos) e o que diz respeito ao próprio discurso (lógos). No primeiro tipo, a qualidade pessoal de quem fala (honradez, dignidade, autoridade, etc.) dá credibilidade e torna o discurso aceitável, provocando a adesão do auditório. No segundo, o auditório é disposto em um estado de emoção (tristeza, alegria, etc.) que leva a um julgamento favorável relativo ao discurso, resultando a comoção em convencimento. Já no último modo, a persuasão é decorrente da expressão do conteúdo do discurso, é oriunda do que ele demonstra ou parece demonstrar.

Entretanto, no século IV a.C, em que viveu Aristóteles (384 a 322 a.C), o mundo grego viveu grandes mudanças políticas e culturais. Com a expansão da Macedônia, realizada por Felipe II e Alexandre (que reinaram de 359 a 336 a.C. e 336 a 323 a.C., respectivamente), toda a Grécia e larga extensão do oriente foram incorporadas ao seu império. A organização política do mundo grego, até então

disposta sobre cidades-estados livres, foi transformada em razão da submissão aos macedônios, e uma mútua influência entre os gregos e os povos orientais dominados foi estabelecida, originando a chamada cultura helenística, na qual foram fundidos elementos desses universos culturais distintos (BOWRA, 1972, p. 157 a 171; RUSSELL, 1972, p. 218 e s.).

As formas de vida gregas, então, foram amplamente difundidas. Alexandre, que buscava reproduzir as instituições gregas onde exercia o seu domínio, chegou mesmo a se intitular, segundo Bertrand Russell (1972, p. 219), o apóstolo do helenismo. E nesse percurso histórico de irradiação da cultura grega, os saberes retóricos foram propagados e desenvolvidos, integrando o mundo helenístico, que, após a morte de Alexandre, em 323 a.C., se dividiu em diversos reinos, os quais se prolongaram até o período em que sobreveio o domínio romano, entre os séculos II e I a.C. (BOWRA, 1972, p. 157-171; RUSSELL, 1972, p. 218 e s.).

Entre os retóricos mais importantes do período helenístico, podemos mencionar Teofrasto (discípulo de Aristóteles), Demétrio de Falero e Hermágoras, que foi talvez o mais influente durante o tempo que separou Aristóteles de Cícero.

No entanto, se entre os gregos a retórica foi mais ativa do que em qualquer outro povo, em Roma os saberes retóricos tiveram uma projeção cultural perene, prolongando-se desde a República até o fim do império. Na era republicana (509 a 27 a.C.), período em que foi iniciada a expansão territorial e houve o domínio da Grécia, Roma deu molduras e cores latinas à retórica grega com a qual estabeleceria contato, conferindo à herança helênica uma orientação pragmática, voltada para as exigências práticas da vida social. E foi sobretudo na República que a retórica latina teve um campo mais fértil para o seu desenvolvimento, em virtude do maior espaço para debates, para o exercício da eloquência (GARCÍA, HERNANDEZ, 1994, p. 53 e p. 60 a 61; REBOUL, 2004, p. 74 e s.). Nessa época, Cícero (106 a 43 a.C) escreveu as suas obras retóricas, oferecendo “a Greek art in Latin dress, combining a Roman spirit with a Greek doctrine” (HARRY, 1964, p. vii). Tais obras, que tiveram grande influência na tradição retórica, envolvem: *Rethorica ad Herennium*

(a autoria desse texto, que é o mais antigo latino sobre oratória, ainda é discutida), *De Inventione*, *De Oratore*, *Orator*, *Brutus*, *De Optimo Genere Oratorum*, *Topica* e *Partitiones Oratoria*.

Entre esses escritos, o *De Oratore* é apontado como a obra-prima da retórica ciceroniana<sup>1</sup>. Nesse texto, elaborado em forma de diálogo, afirmou Cícero (1967, p. 43-45) que a arte oratória demanda estilo e conhecimento sobre o que se vai falar, e que é exigido do orador um amplo horizonte de saberes, sendo a filosofia, a política e a moral complementares à retórica. Desse modo, definiu que “the complete and finished orator is he who on any matter whatever can speak with fullness and variety” (CICERO, 1967, p. 45).

Observando a retórica de Cícero, entendeu Barthes (1993, p. 97) que é caracterizada por: 1) dever tudo a Aristóteles, encontrando nele os seus fundamentos; 2) buscar a romanização da retórica, a sua imersão nas questões da vida romana; 3) valorizar o estilo, o aspecto ornamental do discurso.

Com a emergência do império, porém, a retórica latina entrou numa fase de declínio. Tal percurso descendente teve como um dos principais motivos a redução dos espaços de debates, que foi decorrente do estabelecimento de um maior controle público das discussões (GARCÍA; HERNANDEZ, 1994, p. 60 e s.; REBOUL, 2004, p. 74 e s.). A arte oratória, então, foi disposta em um contexto hostil, pois a eloquência perde valor num ambiente em que as palavras ficam represadas na consciência. Neste sentido, Nietzsche (1995, p. 30) chamou a retórica de “uma arte essencialmente republicana”, dizendo com isso que ela pressupõe a aceitação de opiniões e pontos de vista alheios. Mas apesar dessa perda de força, o ensino da retórica fez parte da formação dos romanos durante toda a época imperial (REBOUL, 2004, p. 76), o que demonstra que a arte oratória estava longe do horizonte de obscurecimento que seria configurado na modernidade.

---

<sup>1</sup> Neste sentido, José António Hernandez e María del Carmen García (1994, p. 57) comentaram que o *De Oratore* é “según la opinión de lamayoría de críticos, la obra maestra de la retórica ciceroniana”. Também Olivier Reboul (2004, p. 71) se refere ao *De Oratore* como a obra axial de Cícero.

Do período imperial, teve grande projeção o texto *Institutio Oratoria*, de Quintiliano (35 a 96 d.C.), autor que desfrutou de grande prestígio como professor e, de acordo com H.E. Butler (1996, vii), foi o primeiro retórico a instituir uma escola pública e a receber salário do império. Nessa obra, na qual se percebe a influência de Aristóteles (como na divisão dos tipos de oratória em deliberativo, epidídico e judicial), o foco central é a educação na retórica, vista como “the science of speaking well” (QUINTILIANO, 1996, p. 315). Na sua perspectiva sobre a arte oratória, Quintiliano estabeleceu o vínculo com o justo como um aspecto fundamental, rejeitando as concepções que afirmavam que a retórica também servia como instrumento para assegurar a injustiça. Assim, alegou que:

Since if a case be based on injustice, rethoric has no place therein and consequently it can scarcely happen even under the most exceptional circumstances that an orator, that is to say, a good man, will speak indifferently on either side (QUINTILIANO, p. 339)

Dessa maneira, a teorizar sobre a formação do orador, elaborou uma pedagogia da oratória que foi firmada como uma das mais influentes contribuições da antiguidade para a tradição retórica. Se a partir de Quintiliano, no entanto, “la retórica [...] empieza a privilegiar los procedimientos estéticos y ornamentales del discurso sobre los recursos persuasivos y argumentativos” (GARCÍA; HERNANDEZ, 1994, p. 65), observa-se que o seu pensamento sobre a eloquência não é reduzido a uma teoria das figuras, dos ornamentos. Além das preocupações sobre a beleza do discurso, abordou, entre outros elementos, problemas em torno do conceito de retórica, a história dessa arte, seus tipos, as partes do discurso e o uso persuasivo da emoção.

Contudo, o colapso do império romano e o seu processo de desestruturação montaram um novo cenário da história na Europa, e novas formas de vida centradas numa cultura teocêntrica (cristã) e feudal configuraram a Idade Média. Naquele novo palco da história, o regime escravista deu lugar ao feudalismo, que era fundado na vida rural, no microcosmo representado pelo feudo (dotado de um



alto grau de autossuficiência) e tinha como eixo as relações de produção entre duas classes sociais sem mobilidade: os proprietários de terras (minoría formada pelo clero e pela nobreza) e os servos, população camponesa que usava a terra alheia e era disposta sob uma condição servil, não confundida com a escravidão, pois os servos não eram propriedade dos senhores feudais.

No entanto, a tradição clássica da retórica persistiu no mundo medieval, e, integrando a cultura cristã, sua depositária, foi ensinada e desenvolvida durante toda a Idade Média (REBOUL, 2004, p. 76 e s.), sendo um dos elementos permanentes dos programas educativos de tal período.

A entrada da retórica, no século V, em sua fase medieval (limiar que a conduziu ao isolamento dos mosteiros, os quais concentraram a cultura durante o período da alta Idade Média) foi marcada pela obra *De Doctrina Christiana*, de Santo Agostinho, na qual, diante do conflito entre a cultura cristã e a cultura pagã, ele defendeu que os cristãos deveriam se utilizar dos elementos da herança antiga úteis ao cristianismo, abrindo caminhos para os saberes retóricos (LE GOFF, 2002, p. 98). Neste sentido, argumentou que:

Visto que a arte da palavra possui o duplo efeito (o forte poder de persuadir seja para o mal, seja para o bem), por qual razão as pessoas honestas não poriam seu zelo em vista de se engajar ao serviço da verdade? (AGOSTINHO, 2002, p. 209).

Do mesmo século, outro texto basilar para a retórica medieval foi o *De Nuptiis Philologiae et Mercuri*, de Marciano de Capela, no qual foram esboçadas as sete artes sobre as quais o saber medieval foi estruturado. Segundo Jacques Le Goff (2002, p. 95):

No fue de Cicerón o de Quintiliano de quienes los clérigos de la alta Edad Media tomaron su programa científico y educativo, sino de un retórico de Cartago, Marciano Capella que, en los comienzos del siglo V, definió las siete artes liberales en su poema: Las nupcias de Mercurio y de la Filología.

Essas sete artes eram: Música, Geometria, Aritmética e Astronomia (quadrivium) e Retórica, Gramática e Dialética (trivium). Entretanto, o trivium se prolongou durante toda a Idade Média como um conjunto de saberes relativos à palavra, constituindo uma das bases da educação medieval. Comentou Barthes (1993, p. 105) que:

[...] Desde el siglo V al XVI el liderazgo [considerando a relação entre as três disciplinas do trivium] emigró de una arte a otra, de manera tal que cada segmento de la Edad Média estuvo bajo el predominio de una arte distinta: sucesivamente, fueran la Rethorica (siglos V-VII), luego la Grammatica (siglos VIII-X) y luego la Logica (XIV-XV) las que dominaran sus hermanas, relegadas al rango de parientes pobres.

A retórica, portanto, assumiu um protagonismo no âmbito do trivium no princípio da Idade Média, mas foi disposta em um plano secundário do século VIII ao século XV, algo provavelmente decorrente da tendência de reduzir a arte oratória ao ornato do discurso, inclinação observada durante toda a era medieval (BARTHES, 1993, p. 105 e 106; GARCÍA; HERNANDEZ, 1994, p. 69).

## **2.2. A modernidade e a retórica opaca: entre a sombra e a penumbra**

Considerando a retórica como metalinguagem<sup>2</sup>, pode-se observar, assim como Nietzsche (1995, p. 27), que o nível do seu desenvolvimento constitui uma das grandes diferenças entre os antigos e os modernos. Com efeito, os saberes retóricos, que ocupavam uma posição proeminente na antiguidade ocidental desde as suas raízes gregas, decaíram na modernidade, a qual, segundo João Maurício Adeodato (2009, p. 26), representa “esse hiato que torna a retórica ainda mais marginal, até a ‘virada linguística’ do século XX, quando recomeça alguma atenção às perspectivas retóricas”.

---

<sup>2</sup> Conforme abordaremos mais abaixo, a palavra retórica pode ser entendida não apenas como “metalinguagem” ou “ciência” do discurso, mas também como “linguagem”. Neste último sentido, a retórica tem um “caráter inseparável da vivência humana”, e, dessa maneira, as observações a serem feitas sobre o seu declínio dizem respeito apenas ao primeiro sentido (discurso sobre o discurso).

Todavia, pode-se enxergar que esse quadro de degradação da arte oratória na educação e nas produções intelectuais não tem como moldura toda a modernidade<sup>3</sup>, e que os traços que marcaram o declínio da tradição retórica foram delineados com mais nitidez no século XIX. A retórica, saindo do plano secundário em que permaneceu durante a maior parte da Idade Média, assumiu uma proeminente posição na cultura europeia nos séculos XV, XVI e XVII (GARCÍA; HERNANDEZ, 1994, p. 91 a 93), situação que foi decorrente de vários fatores, entre os quais a revalorização dos clássicos e a recuperação de textos latinos originais (notadamente de Cícero e Quintiliano). Observa-se, no entanto, que os saberes retóricos decaíram já no século XVII (GARCÍA; HERNANDEZ, 1994, p.107 e 108), e que deixaram, então, a postura de protagonismo que ocupavam para seguir caminhos de obscurecimento, como os abertos na obra de Descartes. O seguinte comentário desse filósofo francês, feito no princípio do *Discours de la Méthode*, aponta para os roteiros de desvalorização do ensino da retórica:

J'estimois fort l'éloquence, et j'étois amoureux de la poésie; mais je pensois que l'une et l'autre étoient des dons de l'esprit plutôt que des fruits de l'étude. Ceux qui ont le raisonnement le plus fort, et qui digèrent le mieux leurs pensées afin de les rendre claires et intelligibles, peuvent toujours le mieux persuader ce qu'ils proposent, encore qu'ils ne parlassent que bas-breton, et qu'ils n'eussent jamais appris de rhétorique. (DESCARTES, 2006, p. 38 e 39)

Contudo, se houve no século XVIII uma efêmera revitalização da arte oratória, com a publicação de muitos tratados sobre o assunto, que ainda integrava o currículo da maioria das principais universidades e escolas europeias (GARCÍA; HERNANDEZ, 1994, p. 108 e 121), no século XIX foram alongadas as vias do seu declínio, e foi configurado o “ocaso” da retórica no horizonte da cultura.

---

<sup>3</sup> Aqui, usamos a palavra “modernidade” (que ostenta uma grande variedade de significados) para expressar um período histórico iniciado no século XVI, delimitando o fim da Idade Média. Segundo Reinhart Koselleck (2006, p. 269), é um sentido que só foi implantado em fins século XIX, depois de decorridos quase quatro séculos da época que envolvia.

Entre os motivos dessa situação, figura a projeção da evidência, que, representando uma força capaz por si só de levar à persuasão, minimiza o espaço sobre o qual se desdobra a retórica. Nesse sentido, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 01 e s.) comentaram que as concepções de razão e raciocínio de René Descartes, as quais partem da consideração de que o ser humano pode ter o domínio da verdade e têm como marca a ideia da evidência, tiveram larga influência na filosofia do século XVII ao século XIX, e desempenharam um papel no contexto da perda de prestígio da retórica e da argumentação.

Também como motivo do obscurecimento, podemos apontar a tendência de restringir a retórica a uma teoria dos ornamentos do discurso. Se entre os gregos a retórica foi, sobretudo, uma teoria da persuasão, da argumentação, a sua história posterior é um caminho progressivo de redução a uma de suas partes (CUNHA, 1995, p. 06 e 07; RICOEUR, 2004, p. 383). A este respeito, discorreu Paul Ricoeur (2004, p. 09):

This is one of the causes of the death of rhetoric: in reducing itself thus to one of its parts, rhetoric [...] became an erratic and futile discipline. Rhetoric died when the penchant for classifying figures of speech completely supplanted the philosophical sensibility that animated the vast empire of rhetoric, held its parts together, and tied the whole to the organon and to first philosophy.

Na segunda metade do século XX, porém, houve uma revivescência dos estudos retóricos, ao menos nos Estados Unidos e em alguns países Europeus. Nesse sentido, é válido observar os resultados da pesquisa de Wayne C. Booth (2004, p. 25) sobre a retomada de elaborações teóricas em torno da retórica na Inglaterra e nos Estados Unidos:

If you call up books and articles about rhetoric, in the British Library or US Library of Congress catalogues or the PMLA bibliographies, you find an amazing rise in the past five or six decades. If you search for books with the title *The Rhetoric of \_\_\_\_\_*, filling in your favorite subject, you are almost certain to find at least one book probing your area under such a title. I find more than 600 works with the title *The Rhetoric of \_\_\_\_\_*, almost all of them published since 1950. I find only nineteen before 1950 – most of them on Aristotle or other individual authors. [...] If you add

books with titles like “Rhetoric and X, Y, or Z,” the contrast before and after 1950 is even more striking.

Nessa “volta da retórica”, são marcantes os caminhos teóricos de Chaïm Perelman, que, segundo o juízo de Manuel Atienza (2000, p. 59), é o “autor que provavelmente contribuiu em maior grau para esse ressurgimento”. Perelman, que era professor da Universidade de Bruxelas, evocou a importância do contingente, do verossímil, da relação com o auditório, anunciando uma “nova retórica” como uma teoria “vinculada a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas” (TYTECA; PERELMAN, 2005, p. 01). Na sua obra, a retórica ganhou novamente os contornos de uma teoria da argumentação, de um saber que “a pour objet l’étud des techniques discursives visant à provoquer ou à accroître l’adhésion des esprits aux thèses qu’on presente à leur assentiment” (PERELMAN, 1979, p. 105).

O seu livro mais importante, o “Traité de l’Argumentation: la nouvelle rethorique” (Tratado de Argumentação: a nova retórica), elaborado com Lucie Olbrechts-Tyteca e publicado em 1958, foi feito sob a pretensão de constituir uma teoria da persuasão em reação ao modelo de racionalidade cartesiana, e descerrou rumos para o regresso da retórica, para a revalorização dos saberes sobre o discurso.

No âmbito específico do Direito, também aconteceu uma revivescência dos estudos retóricos. Observa-se tal reflorescimento em autores como Theodor Viehweg, Niel MacCormick, Ottmar Ballweg, o próprio Chaïm Perelman, Katharina Sobota, e, no Brasil, sob a influência da Escola de Mainz, João Maurício Adeodato, da Faculdade de Direito de Recife.

Na obra “Topik und Jurisprudenz” (Tópica e Jurisprudência), de Viehweg, lançada em 1953, a retórica encontrou um pórtico fundamental para o seu regresso ao pensamento jurídico. Esse livro, que teve ampla repercussão teórica, parte da diferença traçada por Vico entre o método de conhecimento antigo (retórico, tópico) e o moderno ou crítico (VIEHWEG, 1979, p. 19 e s.). O primeiro é fundado na tópica, que pode ser compreendida, de acordo com Aristóteles (1960, p. 273),

como “a method by which we shall be able to reason from generally accepted opinions about any problem set before us”. Diz respeito, portanto, à busca de premissas que são lugares comuns, opiniões compartilhadas por todos, pela maioria ou pelos sábios (ARISTOTLE, 1960, p. 275). Já o método crítico é referente ao saber construído a partir de verdades primeiras que não podem ser afastadas pela dúvida (VIEHWEG, 1979, p. 20 e 21), tal como fez Descartes com o seu cogito, erguendo o seu pensamento sobre a conclusão (que concebeu como alicerce inabalável) de que o pensar implica a existência.

No entanto, tomando como eixo o conceito de problema, visto como “toda cuestión que aparentemente admite más de una respuesta y que necesariamente presupone una comprensión provisional” (VIEHWEG, 1979, p. 49), o autor alemão considerou que a tópica é uma técnica de pensar problematicamente, é um método de perceber os casos apresentados como problemas, como questões sem soluções definitivas, sobre as quais há apenas opiniões. Na visão de Viehweg (Ibidem, p. 129), a jurisprudência é um espaço tópico, e o problema fundamental do Direito é a questão do que é justo aqui e agora, que é irrecusável e sempre emergente. Assim, dispôs que “en tanto el problema fundamental conserva su lugar primigenio y constante, resulta para el derecho positivo y para lo todo que esté en relación con él una referencia mediata o inmediata a este problema” (Ibidem, p.100).

A resposta a essa questão fundamental, porém, dá ao Direito um caráter dinâmico, adaptativo, diante do qual a lei parece ser apenas um topos entre outros. Sobre a consideração da lei na teoria de Viehweg, comentou García Amado (1987, p. 173-174) que

falta en la obra de Viehweg [...] un tratamiento sistemático del papel de la ley positiva [e se] no llega a sostener expresamente que la ley positiva no sea sino un tópico más entre los muchos que concurren para la obtención de la decisión jurídica [...] muchas de sus afirmaciones parecen traslucir esta idea, como cuando dice que la ley no es más que una de las partes de la búsqueda del derecho. [También aduziu que, no Tópica e Jurisprudência] el único elemento en que se basa la unidad del derecho se situa en la aporía fundamental, en ninguna otra parte.

O Direito, sob tal perspectiva, não se compromete como a ideia de sistema, mas com a solução que promova o que é justo no caso, que envolve apenas respostas opináveis em razão do caráter problemático de tal questão. E “esa naturaleza discutible, opinable, de todas las soluciones posibles sería el terreno abonado para el modo de proceder de la tópica” (AMADO, 1987, p. 164).

Contudo, mesmo que obras germinais como a de Viehweg tenham aberto horizontes para o ressurgimento da retórica na segunda metade do século XX, o espaço dos saberes retóricos ainda parece ser pequeno na educação e nas produções intelectuais, inclusive no universo jurídico. Podemos dizer, com efeito, que a retórica está longe da luz do protagonismo que exercia na antiguidade, e que, atualmente, ainda há uma ênfase no seu sentido negativo. No curso da linguagem, flui a ideia que caracteriza o discurso retórico como ornamento para encobrir o vazio de conteúdo ou máscara para ocultar o vácuo que há por trás da sua bela imagem.

A respeito de tal concepção que generaliza a retórica como recurso para preencher a ausência de substância, entendemos que é uma perspectiva demasiadamente pobre, que revela o desconhecimento da ampla tradição retórica. Ademais, o preconceito contra a parte ornamental das artes oratórias e contra as preocupações estéticas acerca do discurso tem o poder de empobrecer a linguagem, de retirar dela o encanto da beleza, dando-lhe traços de uma feição grosseira.

### **3. A inafastabilidade da retórica na vivência humana: o espelho que dá à linguagem e à(s) realidade(s) os seus rostos**

#### **3.1. A linguagem como palco inseparável da arte (in)consciente de modelar o discurso**

Se a retórica erguida como reflexão sobre o uso eficiente da linguagem encontra suas origens na Grécia antiga, a retórica considerada como faculdade de identificar os meios disponíveis de persuasão em cada caso (conforme a supracitada definição aristotélica) ou faculdade de identificar os caminhos para bem argumentar (ou seja, “faculdade sobre o discurso”, e não “discurso sobre o discurso”) é anterior a qualquer teoria sobre ela, sendo algo inafastável da experiência da linguagem. Neste sentido, escreveu Reboul (2004, p. 01) que “a retórica é anterior à sua história, e mesmo a qualquer história, pois é inconcebível que os homens não tenham utilizado a linguagem para persuadir”. Assim, tem raízes tão antigas quanto a própria vivência do ser humano, que é, sobretudo, um “animal simbólico” (CASSIRER, 1968, p. 27). Afinal, o falante ou escritor que pretende convencer a respeito de algo organiza as suas ideias, estrutura o discurso, usa figuras de linguagem que ilustram o seu relato, seleciona aspectos do acontecimento que dêem respaldo ao que defende e o tipo de linguagem que usará. Ou seja, busca caminhos para bem argumentar e persuadir, e, para isso, monta (mesmo que de maneira inconsciente) estratégias, métodos.

Pode-se dizer, portanto, que a retórica como “ciência” ou conjunto de saberes sobre o uso eficiente da linguagem permite um maior domínio da argumentação, mas também que a retórica enquanto faculdade de identificar na prática os meios para argumentar bem se manifesta mesmo sem essa metalinguagem (metarretórica), persistindo mesmo diante do comum desprezo que é dedicado à arte oratória. A retórica no sentido de faculdade sobre o discurso é como uma espécie de “personagem” que, mesmo quando está invisível ou sem nome diante da platéia, sempre desempenha um papel no cenário. Sobre isso discorreu Nietzsche (1995, p. 44 a 45):

Mas não é difícil provar, à luz clara do entendimento, que o que se chama retórica, para designar os meios de uma arte consciente, estava já em acto, como meios de uma arte inconsciente, na linguagem e no seu devir, e mesmo que a retórica é um aperfeiçoamento dos artifícios já presentes na linguagem. A linguagem ela mesma é o resultado de artes puramente



retóricas [...] essa força [a retórica] é ao mesmo tempo a essência da linguagem.

Numa perspectiva semelhante (baseada no olhar de Nietzsche sobre a “essência da linguagem”), Ottmar Ballweg (1991, p.175 a 184) também observou essa situação de inafastabilidade da retórica, e a definiu em três sentidos: 1) retórica material, identificada com a própria linguagem, que tem todos os meios retóricos a seu alcance, e com a qual preenchemos as funções básicas da vida em comum, tais como ordenar, orientar, explicar, justificar, etc.; 2) retórica prática, que ensina o emprego efetivo e bem sucedido da retórica material; 3) retórica analítica, que corresponde a um estudo descritivo das relações entre as retóricas materiais e práticas.

Desse modo, ainda que se apresente como algo irrefletido, a retórica dá rumos ao uso dos signos linguísticos, dá à linguagem vestes e formas, modelando-a como faz o escultor de uma obra “inacabável”. E a matéria dessa obra (linguagem) é fluida, e assume variados padrões (não definitivos) em diferentes circunstâncias.

A respeito dessa variedade de padrões, é de se observar que a vida social é um complexo de ambientes linguísticos, uma rede de comunicação que se desdobra em variados contextos que apresentam distintos modelos (abertos) de exercício da linguagem. Conforme expôs David Harvey (1992, p. 51),

A atomização do social em redes flexíveis de jogos de linguagem sugere que cada um pode recorrer a um conjunto bem distinto de códigos, a depender da situação em que se encontrar (em casa, no trabalho, na igreja, na rua ou no bar, num enterro, etc.) [...] Os reinos do direito, da academia, da ciência e do governo burocrático, do controle militar e político, da política eleitoral e do poder corporativo circunscrevem o que pode ser dito e como pode ser dito de maneiras importantes. Mas os limites que a instituição impõe a potenciais movimentos da linguagem nunca são estabelecidos de uma vez por todas, sendo eles mesmos as balizas e resultados provisórios de estratégias de linguagem dentro e fora da instituição.

A prática da linguagem constitui múltiplos padrões retóricos (“o que dizer”, “com quais palavras dizer” e “de qual maneira usá-las” para discursar bem), estabelece uma pluralidade de ambientes que apresentam diferentes “jogos de linguagem”, segundo a expressão de Wittgenstein (2001, p. 10 e s.). E o sucesso do discurso nas diferentes esferas de linguagem que constituem a sociedade exige alguma adequação aos padrões retóricos estabelecidos, uma conformação às regras dos “jogos de linguagem” em curso. Um advogado, por exemplo, não usa a linguagem da mesma maneira na intimidade familiar e numa audiência, assim como um cientista assume discursos diferentes ao escrever um artigo científico e ao conversar com amigos em um momento de lazer.

### **3.2. Retórica e construção da “realidade”**

A conclusão de que o ser humano enxerga o mundo pelas lentes da linguagem marcou a virada linguística (linguistic turn) da filosofia do século XX. Com essa guinada, que levou a linguagem ao centro dos problemas filosóficos, a ideia de que o conhecimento é algo feito sem a mediação da linguagem (uma das perspectivas fundamentais da filosofia ocidental desde suas raízes platônicas) deu lugar à concepção de que o conhecimento é algo linguístico, como observamos na afirmação de Gadamer (2006, p. 390):

Language is the universal medium in which understanding occurs. Understanding occurs in interpreting. [...] All understanding is interpretation, and all interpretation takes place in the medium of a language [...].

Sob tal consideração, a linguagem é o pórtico que abre para os olhos todos os horizontes da vivência humana, e a retórica desempenha a função fundamental de estruturar tal ponto de entrada para todas as vias, desde os alicerces sobre os quais é sustentado até os adornos que o tornam mais belo.

Contudo, podemos dizer que não há uma isomorfia entre o real e a linguagem, e que a visão da realidade e das essências nas palavras é uma miragem da compreensão. A gênese e a dinâmica da linguagem ordinária não são fundadas em análises ontológicas que levem à conclusão da existência de uma essência comum entre os objetos a serem designados. Na fabricação dos conceitos, o determinante são ligações de semelhanças conjugadas com abstrações de diferenças. Compreender é observar elementos complexos e indefinidos da existência pela dimensão artificial dos signos linguísticos, é cobrir com “máscaras” conceituais. O inevitável entendimento do mundo pela linguagem implica reconstruí-lo, e a retórica tem uma função modeladora das “lentes” pelas quais vemos (criamos) o mundo. Em tal “construção de realidades”, ela assume um papel semelhante ao de um “arquiteto”.

Sobre as relações entre realidade e retórica, Hans Blumenberg (1999, p. 115 e s.) compreendeu que podem ser reduzidas a duas alternativas: a retórica se refere às consequências do domínio da verdade ou da sua impossibilidade. Essas alternativas são vinculadas a duas perspectivas antropológicas fundamentais, de riqueza ou de carência: de um lado, o ser humano visto como rico é capaz de atingir verdades absolutas, e a retórica serve como instrumento de comunicação da realidade objetiva, e, de outro lado, enquanto carente, o ser humano não é capaz de atingir a verdade, e a retórica serve para o trânsito de ideias num mundo de aparências e opiniões, em que a linguagem é a “única realidade artificial com que é capaz de lidar” (ADEODATO, 2009, p. 17).

Considerando essa redução antropológica de Blumenberg, a carência é disposta como uma condição na qual a verdade é algo inapreensível, que habita dimensões inalcançáveis, além das fronteiras do que é cognoscível. Todavia, podemos enxergar a ideia de carência em um sentido mais amplo, entendendo-a como a condição na qual não há afirmação do domínio da verdade pelo ser humano, seja em razão do juízo de que isso é impossível ou em virtude da suspensão de juízo a esse respeito, mas sem negação da possibilidade de verdade.

Tomemos o exemplo do ceticismo da antiguidade para observar a postura de carência antropológica nesse sentido.

Com o ceticismo pirrônico, o primeiro organizado como escola, e que leva esse nome porque foi formulado inicialmente por Pírron de Elis (360 a.C a 275 a.C.), a carência não é disposta no sentido de negar a possibilidade de verdade. Os céticos pirrônicos não afirmavam que detinham a verdade ou que ela era inapreensível, mas continuavam investigando (EMPIRICUS, 1976, p. 03). O princípio desse ceticismo consiste em contrapor perspectivas conflitantes dotadas de igual força. Assim, diante da equivalência de argumentos contraditórios (isostenia), chega-se à suspensão de juízos definitivos (epoché). Os pirrônicos, portanto, não consideravam qualquer perspectiva como verdadeira, e assumiam as aparências como a base do conhecimento. Nesse sentido, discorreu Sexto Empírico (Ibidem, p. 15) sobre a diferença entre verdade e aparência:

For example, honey appears to us to be sweet (and this we grant, for we perceive sweetness through senses), but whether it is also sweet in its essence is for us a matter of doubt, since this is not an appearance but a judgment regarding the appearance.

Sexto Empírico considerava a principal diferença entre os sistemas filosóficos o tratamento da questão da verdade. Dividia os filósofos em “dogmáticos” (os que acreditavam ter descoberto a verdade), “acadêmicos” (os que consideravam a verdade inapreensível) e “céticos” (pirrônicos). Os acadêmicos (que têm esse nome porque constituíram e desenvolveram uma corrente filosófica cética na antiga Academia platônica<sup>4</sup>) assumiam, dessa maneira, uma postura de

---

<sup>4</sup> É interessante observar que os rumos tomados pela Academia após a morte de Platão levaram a um domínio do ceticismo no seu âmbito. Essa guinada cética da Academia pode ter, em alguma medida, ligação com alguns elementos da obra de Platão que dão margem a uma leitura cética, apesar da sua nitidez dogmática (no sentido dado por Sexto Empírico). Como exemplo de perspectiva que pode dar lugar a alguma perspectiva cética, há a compreensão platônica do mundo das aparências. Partindo da distinção entre realidade e aparência, que foi traçada pela primeira vez por Parmênides, segundo Bertrand Russell (1999, p. 135), Platão (1952, p. 370-373) considerou que o mundo real é constituído por elementos imutáveis, eternos, absolutos, não podendo ser apreendidos pelos sentidos. Por outro lado, concebeu que o mundo visível é composto por elementos irrealis que sofrem constante mudança (aí se percebe a influência de Heráclito). Sobre o mundo das aparências, no entanto, entendeu que não se pode ter uma visão da verdade e construir

carência antropológica diferente da sustentada pelos pirrônicos, e filósofos como Arcesilau e Cornéades afirmavam a impossibilidade de verdade, reconhecendo a opinião como a única forma válida de lidar com o mundo. O primeiro, por exemplo, entendeu que

False and true presentations are indistinguishable: no valid criterion exists: we have no guide but opinion, and we can only think, believe, and act in accordance with what seems reasonable and probably right (ARCESILAU apud BURY, 1976, p. xxxiii).

Sob tais perspectivas céticas, observa-se que vivemos num mundo de aparências, no qual há apenas opiniões sobre a verdade absoluta. Nesse horizonte filosófico, as aparências são julgadas como distintas da verdade ou são suspensos os juízos sobre a correspondência entre o que é aparente e o que é verdadeiro. Assim, por exemplo, pode-se considerar certa a sensação de doçura do mel (aparência), mas não é reconhecido critério válido para identificá-la com uma verdade absoluta, em torno da qual podemos apenas opinar. O mesmo ocorre em relação à ética, pois também não é admitida a existência de qualquer critério suficiente para a identificação de valores universais, e os juízos éticos são vistos como opiniões.

Sob tais concepções, pode-se dizer que o que é proferido como “realidade” é um conjunto de opiniões e aparências que triunfaram, e que foram consolidadas sob o rótulo de “verdade”. A retórica, entretanto, encontra um espaço em que tem uma importância fundamental. Ao fazer relatos prevalecerem sobre outros, a retórica exerce uma função constitutiva da “realidade”, delineando a face em que o mundo é reconhecido.

#### **4. A retórica como luz para clarificar a verdade na contingência ou arte inútil diante do lampejo da evidência**

---

conhecimento (o entendimento platônico de “conhecimento” disposto na República pressupõe verdade), pois os seus elementos não são puros ou simples, mas complexos, contraditórios, só se podendo falar em opinião a esse respeito.

Como refletiu Vico (2003, p. 415), “si la retórica [rhetorica] pudiera verteirse en latín con la elegancia griega que la caracteriza, se diría ‘lo que fluye’ [fluentia]”. Afinal, a retórica é uma faculdade ou arte que não é restrita a nenhuma doutrina ou ideologia, e que se desdobra na amplitude de qualquer discurso, dando força de expressão a qualquer voz ou texto. Daí a “fluência” identificada por Vico, que fez da retórica algo moldável como úmida argila nas mãos da história, a qual lhe deu, como um artífice de tempo, a consistência de vaso em que cabe qualquer líquido, qualquer conteúdo.

Contra essa versatilidade, argumentou Platão que é uma característica que representa um vazio, uma ausência de um espaço próprio preenchido, e que, portanto, a retórica não é uma arte, mas apenas uma experiência, algo “unable to explain or to give a reason of the nature of its own applications” (PLATO, 1952, p. 261). Aristóteles, porém, deu à retórica o império da contingência, o espaço que preenche com todas as suas possibilidades. O seu domínio é todo assunto que, ao menos aparentemente, pode ser resolvido de dois modos, é um campo constituído pelo que pode existir ou ser compreendido de maneiras distintas. Afinal, a argumentação tem pouco ou nenhum valor diante de algo que só pode ser de uma maneira e que só pode ser visto sob uma mesma forma.

No entanto, se a contingência tem uma maior dimensão diante da incerteza sobre o que é a verdade, ela é também admitida por concepções afirmativas do domínio da verdade. Com efeito, a ideia da existência da verdade pode não ser condição suficiente para sua aceitação, pois o que é compreendido como verdadeiro pelo orador pode ser assunto de discordância com o interlocutor, e a questão pode ser resolvida em um sentido contrário à “verdade”. Assim, Aristóteles considerou a retórica um instrumento para a defesa da justiça e da verdade diante da contingência relativa ao reconhecimento do que é justo ou verdadeiro. Afirmou ele que

la retórica es útil porque por naturaleza la verdad y la justicia son más fuertes que sus contrários, de modo que si los juicios no se establecen

como se debe, será forzoso que sean vencidos por dichos contrarios, lo cual es digno de recriminación (1994, p. 169 e 170).

Santo Agostinho também refletiu sobre a importância da retórica para os defensores da verdade, e observou que a falta de eloquência dos que devem persuadir para o bem pode ser um fator que determina a vitória dos adversários partidários do erro. Deste modo, comentou que

É um fato que pela arte da retórica é possível persuadir o que é verdadeiro como o que é falso. Quem ousará pois afirmar que a verdade deve enfrentar a mentira com defensores desarmados? Seria assim? Então, esses oradores, que se esforçam para persuadir o erro, saberiam desde o proêmio conquistar o auditório e torná-lo benévolo e dócil, ao passo que os defensores da verdade não o conseguiriam? (AGOSTINHO, 2002, p. 208)

Porém, se a própria existência da verdade for considerada suficiente para levar à sua aceitação, ela minimiza o papel da retórica e da argumentação na sua defesa. No lugar das armas da retórica, a verdade ostenta a força evidência, capaz por si só de persuadir os que com ela se depararem. Dessa maneira, não é considerado um espaço de contingência, pois o lampejo da evidência conduz a uma mesma visão do que é verdadeiro.

A evidência, contudo, pode também ser vista como um instrumento retórico. Para a argumentação nos espaços da contingência, Aristóteles (1994, p. 163, 184, 465 e 466) apontou que o orador pode utilizar argumentos irrefutáveis, premissas necessárias, evidentes, que expressam o que não pode ser de outra maneira. Sob tal consideração, a evidência de um argumento é um elemento retórico quando ele é inserido em um espaço deliberativo, em que serve para resolver uma questão que poderia ser resolvida de outra forma. Desse modo, a evidência presente em um entimema (silogismo retórico) irrefutável (ARISTOTLE, 1994, p. 467) serve para resolver questões não evidentes, dispostas no reino da retórica: a contingência.

Portanto, do complexo conjunto de ligações teóricas feitas entre a retórica e concepções do domínio da verdade, podemos identificar, de maneira simplificada, ao menos dois tipos de ligações: 1) a retórica como instrumento útil à comunicação e afirmação da verdade; 2) a retórica como algo que tem pouco valor para o objetivo de comunicar a verdade, a qual é dotada de evidência.

### **The empire of the rhetoric between truth and fabrication of the world**

#### **ABSTRACT:**

The work here expounded is divided in three parts: first, will be considered some moments which have historical or theoretical relevance in the great panorama of the tradition of the rhetoric. On the second part, we will analyze rhetoric as faculty about discourse, and will observe that it has a role which structure the language and the "reality". Finally, we will reflect about the utility of rhetoric to defend what is considered true by who discourses, observing that the field of the rhetoric is constituted by contingency, and that it doesn't represent one power contrary to the idea of truth, but to the idea of evidence.

**Keywords:** Tradition of the Rhetoric; Linguistic Reality; Contingency.

## **5. Referências**

ADEODATO, João Maurício. **Ética e Retórica**: para uma teoria da dogmática jurídica. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Retórica Constitucional**: sobre tolerância, direitos humanos e outros fundamentos éticos do direito positivo. São Paulo: Saraiva, 2009.

AGOSTINHO, Santo. **Da Doutrina Cristã**: manual de exegese e formação cristã. Tradução do original latino cotejada com versões em francês e espanhol de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2002.



AMADO, Juan Antonio García. *Tópica, Derecho y Método Jurídico. Doxa: cuadernos de filosofía del derecho*, Alicante, nº 04, p. 173, 1987.

ARISTOTLE. *Topica. In: Posterior Analytics - Topica*. The Loeb Classical Library. Translated by E. S. Foster. London: Harvard University Press, 1960.

\_\_\_\_\_. **Retórica**. Introducción, traducción y notas por Quintín Racionero. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

ATIENZA, Manuel. **As razões do direito: teorias da argumentação jurídica**. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy, 2000.

BALLWEG, Ottmar. *Retórica analítica e direito*. Trad. João Maurício Adeodato. **Revista Brasileira de Filosofia**, São Paulo, nº 163, Vol. XXXIX, p.175-184, jul/set, 1991.

BARTHES, Roland. **La Aventura Semiológica**. Traducción de Ramon Alcalde. 2ª edición. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

BLUMENBERG, Hans. **Las realidades en que vivimos**. Trad. de Pedro Madrigal. Madrid: Ediciones Paidós, 1999.

BOOTH, Wayne C. **The Rethoric of Rethoric: the quest for effective communication**. London: Blackwell, 2004.

BOWRA, C.M. **Grécia Clássica**. Biblioteca de História Universal Life. Tradução de Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1972.

BURY, R. G. Introduction. *In: SEXTUS EMPIRICUS. Outlines of Pyrrhonism* (Pyrrhoniae Hypotyposes - PH I, II e III). Loeb Classical Library. Translated by R.G. Bury. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

BUTLER, H. E. Introduction. *In*: QUINTILIAN. **Institutio Oratoria**. Books I-III. The Loeb Classical Library. Translated by H. E. Butler. London: Harvard University Press, 1996.

CASSIRER, Ernst. **Antropología Filosófica**: introducción a una filosofía de la cultura. Traducción de Eugenio Ímaz. 5ª Edición. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1968.

CICERO. **Rethorica ad Herennium**. The Loeb Classical Library. Translated by Harry Caplan. Cambridge: Harvard University Press, 1964.

CUNHA, Tito Cardoso e. Prefácio. *In*: NIETZSCHE, Friedrich. **Da Retórica**. Tradução de Tito Cardoso e Cunha. 1ª Edição. Lisboa: Veja, 1995.

DESCARTES, René. **Discours de la méthode**. Paris: Bnf-Gallica, 2006.

EMPIRICUS, SEXTUS. **Outlines of Pyrrhonism** (Pyrrhoniae Hypotyposes – PH I, II e III). Loeb Classical Library. Translated by R.G. Bury. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

GADAMER, Hans-Georg. **Truth and Method**. Second Edition, Revised. London: Continuum, 2006.

GARCÍA, María del Carmen; HERNANDEZ, José António. **Historia breve de la retórica**. Madrid: Síntesis, 1994

GOANKAR, Dilip Parmeshwar. Contingency and Probability. *In*: **Rethoric and Rhetorical Criticism**. Edited by Walter Jost and Wendy Olmsted. London: Blackwell Publishing, 2006,

HADAS, Moses. **Roma Imperial**. Biblioteca de História Universal Life. Tradução de Gulnara Lobato de Moraes Pereira. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1972.

HARRY, Caplan. Introduction. *In*: CICERO. **Rethorica ad Herennium**. The Loeb Classical Library. Translated by Harry Caplan. Cambridge: Harvard University Press, 1964.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KERFERD, G.B. The Sophists. *In*: TAYLOR, C.C.W. (Ed.). **Routledge History of Philosophy**: from the beginning to Plato. London: Routledge, 2005.

\_\_\_\_\_. **The Sophistic movement**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

KOSELLECK, Heinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Contraponto, 2006.

LAÉRCIO, Diógenes. **Vidas de los filósofos ilustres**. Traducción, introducción y notas de Carlos García Gual. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

LE GOFF, Jacques. **La Civilización Del Occidente Medieval**. Traducción de Godofredo González. Barcelona: Ediciones Paidós, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. **Da Retórica**. Tradução de Tito Cardoso e Cunha. 1ª Edição. Lisboa: Veja, 1995.

\_\_\_\_\_. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Humano demasiado humano**: um livro para espíritos livres. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-moral. *In: Obras incompletas*. Coleção Os Pensadores. Seleção de textos de Gérard Lebrun; tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

OLBRECHTS-TYTECA, Lucie; PERELMAN, Chaïm. **Tratado de Argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERELMAN, Chaïm. **Logique Juridique**: Nouvelle réthorique. Deuxième édition. Paris: Dalloz, 1979.

PLATO. Gorgias. *In: Dialogues of Plato*. Great Books of the Western World. Translated by Benjamin Jowett. Chicago: Encyclopedia Britannica, 1952.

\_\_\_\_\_. The Republic. *In: Dialogues of Plato*. Col. Great Books of the Western World. Translated by Benjamin Jowett. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1952.

QUINTILIAN. **Institutio Oratoria**. Books I-III. The Loeb Classical Library. Translated by H. E. Butler. London: Harvard University Press, 1996.

RACIONERO, Quintín. *In: ARISTÓTELES. Retórica*. Introducción, traducción y notas por Quintín Racionero. Madrid: Editorial Gredos, 1994

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RICOEUR, Paul. **The Rule of Metaphor**: the creation of meaning in language. Translated by Robert Czerny with Kathleen McLaughlin and Jonh Costello. London: Routledgde, 2004.

RUSSELL, Bertrand. **A History of Western Philosophy**. New York: Touchstone, 1972.

VICO, Giambattista. Instituciones de Oratoria (selección de los 10 primeros capítulos). Traducción del latín y notas de Francisco Navarro Gómez. **Cuadernos sobre Vico**, Sevilla, nº 15-16, p. 415-430, 2003.

VIEHWEG, Theodor. **Tópica e Jurisprudência**. Tradução de Tércio Sampaio Ferraz Jr. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

\_\_\_\_\_. **Tópica y Jurisprudencia**. Traducción de Luíz Díez-Picazo Ponce de León. Madrid, Taurus, 1964.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical Investigations**. Translated by G.E.M. Anscombe. Third Edition. Singapore: Blackwell Publishing, 2001.

**DOUBLE-BLIND PEER-REVIEWED**

Nota do Editor:

*Submetido em: 30 jun. 2011. Aprovado em: 13 ago. 2012.*

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/primafacie/index>